



PROGRAMA
HISTÓRIA
ORAL

DESEMBARGADOR JOÃO
DE ASSIS MARIOSI



ENTREVISTA CONCEDIDA PELO DESEMBARGADOR JOÃO DE ASSIS MARIOSI AO PROGRAMA HISTÓRIA ORAL DO TJDF

João de Assis Mariosi nasceu em Pouso Alegre, Minas Gerais, em 04/04/1943, filho de João Mariosi e Maria Franssinetti de Paula Mariosi.

Possui formação em Filosofia, Teologia e Direito, além de Licenciatura em Letras, Pedagogia e Administração. Ainda, é Doutor em Ciências Sociais pela Universidad Del Museo Social Argentino; Especialista em Semântica Sincrônica, 1972; e em Direito Penal, 1975, pela Universidade Católica de São Paulo – SP.

Antes da carreira como magistrado, foi professor no Seminário Diocesano de Pouso Alegre, MG, em 1958, da Universidade do Vale do Sapucaí, também em Pouso Alegre, e advogado. Em 1976 é aprovado para o cargo de juiz de Direito de Monte Azul, também em Minas Gerais. Em 1980 é aprovado, em terceiro lugar, no IX Concurso para magistratura do DF, com posse em 15/09/1980. A promoção para

juiz titular ocorre em 25/05/1983, com titularização na 2ª Vara Cível de Taguatinga. Também foi juiz da Vara de Competência Geral de Brazlândia, de 1983 a 1992, e da 3ª Vara de Delitos de Trânsito de Brasília, de 1992 a 1994. Onze anos depois, em 12/05/1994, toma posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios. Como desembargador, assumiu diversos cargos de direção seja no TJDF ou no Tribunal Regional Eleitoral do DF, tais como: Corregedor da Justiça do DF, de 2006 a 2008, Corregedor Eleitoral, de 2009 a 2010, Presidente do TRE-DF, de 2010 a 2012, e Presidente do TJDF, de 2012 a 2013.

A carreira de professor não foi interrompida pelo ingresso na magistratura, de 1992 a 2009 foi professor de Filosofia do Direito, no UniCEUB, e de Ética e Latim Forense, na Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal e dos Territórios, entre 1996 e 1997.

Em 22/03/2013, por ocasião de sua aposentadoria, foi homenageado pelo Tribunal Pleno com uma medalha-prêmio pelos 54 anos dedi-

cados ao serviço público. Essa foi apenas algumas das homenagens recebidas. Ao longo da carreira também recebeu as seguintes condecorações: Comendas da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e Territórios; Quadro Ordinário/Grã-Cruz; Medalha do Mérito Eleitoral/TRE-DF; Título de Associado Benemérito da Associação dos Defensores Públicos do Distrito Federal; Medalha da Defesa Civil do Distrito Federal, entregue pela então Governadora do DF, Maria de Lourdes Abadia; Comenda de Proteção Integral que a VIJ concedeu a pessoas que se destacaram na promoção ou suporte indispensável ao exercício dos direitos das crianças e adolescentes do DF, entre outras. Casado e pai de três filhos, o desembargador Mariosi aposentou-se em 25/03/2013, aos setenta anos de idade, enquanto exercia a Presidência do TJDFT. Em 25/09/2014, tomou posse na Academia de Letras de Brasília na cadeira cujo patrono é João Francisco Lisboa.

Desembargador Antoninho Lopes

Desembargador Mariosi, este é um trabalho de memória deste Tribunal e estas entrevistas deixam o candidato à vontade para contar sua história, principalmente a ida para advocacia, depois para magistratura. Como nós todos sabemos, o senhor tem uma carreira muito bonita, brilhante nessa área. Então, eu e a desembargadora Carmelita, vamos tentando orientar o caminho, mas o desembaraço é todo seu. Gostaria que nos contasse como começou essa vida jurídica?

Desembargador João de Assis Mariosi

A minha vida jurídica começou no claustro, estudando Direito Canônico e Direito Internacional Público da Igreja em relação aos países “não-cristãos”. Eu era, mais ou menos, alguém tentando ser treinado para pertencer ao Relacionamento Internacional da Igreja Público-Privado.

Não havia nenhum brasileiro, o primeiro brasileiro só veio a ocupar esse cargo agora em 2007/2008, então, em quinhentos anos de Brasil, nunca um brasileiro pertenceu aos quadros do Relacionamento Internacional da Igreja. Mas era obrigado saber o Direito Canônico e o Direito Internacional Público, que por sinal os livros eram os mesmos que se usam nas faculdades de Direito do Brasil, sobretudo da USP e da UFMG. No Direito Canônico, o livro era em Alemão, o texto era em Latim, a tradução era feita com a colocação das matérias de acordo com a Legislação do PGB, que é Penal alemã, por sinal, quem traduziu colocou-a na Legislação brasileira. Ao mesmo tempo acabamos por fazer três cursos de Direito: o alemão, o brasileiro e o Direito Canônico. No final, depois de três anos e meio desses estudos, eu resolvi fazer um concurso para professor de Direito Usual e Legislação Aplicada, que tinha todas essas matérias, e consegui ser professor no IMARCO – instituto de referência em Belo Horizonte em Ciências Contábeis – em 1969. Eu não estava formado ainda em Direito nas escolas brasileiras, com diploma e foi assim que comecei a trabalhar. Como a Legislação Trabalhista da época, 1962...1963, permitia a qualquer pessoa advogar na Justiça do Trabalho, que era praticamente inexistente, e o juiz de Direito tinha competência trabalhista, então, em muitas ações trabalhistas eu fui levado a redigir e a negociar em Mariana, em Ouro Preto e assim por diante. Valeu a pena como experiência. Então para mim, o Direito era mais um Direito, em relação ao povo trabalhista. Em relação aos bens, que é o Direito Civil, eu tinha um vasto conhecimento da parte Barroca no estado de Minas Gerais e havia aquela questão de herança, então, eu fiquei quase um especialista em herança que o povo doava para as obras sociais de algumas igrejas: imensidões,

fazendas, cidades inteiras, etc., etc., Direito Possessório, usucapião, baseado no Direito Alemão, que deu origem ao Código de 1916¹, no Brasil – que ficou vinte anos no Congresso – eu sabia de historinhas de como o Código Civil foi feito. Alertei as igrejas de Pouso Alegre, Campanha e Mariana que, com a separação Igreja-Estado, mantinham aquele privilégio que possuía o Imperador de prescrição de quarenta anos. O cidadão doava o terreno, mas a Igreja não podia impedir que alguém construísse em cima desse terreno. Portanto, era um loteamento *sui generis* na época e acabaram perdendo quase todas essas propriedades. Eu mesmo, como juiz em Minas, fiz usucapião para seis igrejas, porque estavam lá bicentenárias, centenárias, e eu que dei o documento. Não pode ficar sem o documento no nosso sistema registrário brasileiro. Comecei a estudar a Torre do Tombo, a Torre D’Ajuda de Portugal, as Sesmarias², que eram todas aquelas doações. Segundo os que advogavam comigo, como o Dr. Nívio, achavam que eu era um expert em Torre D’Ajuda, em Portugal, mas

-
- 1 Código Civil de 1916, formulado pelo Jurista Clóvis Beviláqua em 1899 e fruto das determinações da Primeira Constituição Brasileira, a Constituição Imperial de 1824. A Lei foi promulgada em 01/01/1916, com vigência na mesma data do ano seguinte. Em 10/01/2002, o Congresso Nacional aprovou o Novo Código de Direito Civil, atualmente em vigência.
 - 2 Termo empregado para os terrenos que – pertencentes à Coroa Portuguesa – não apresentavam desenvolvimento econômico ou ocupação. Geralmente, eram doadas para um possuidor de capitania hereditárias distribuí-las entre os demais colonizadores.

não era. Foi mais uma necessidade porque o estado de Minas era uma província que virou um estado, portanto, todas as terras eram públicas e havia muitas maneiras de se contornar isso e o governo mineiro começou a doar imensões sobre terras que hoje o povo chama de quilombolas³, para essas grandes instituições e mandava o exército para eu colocar esse povo na rua. Eu não coloquei, é lógico. Hoje o povo nem sabe que, (se) hoje lá estão, é porque em 1976/1977 por lá passei eu, como era o único juiz no norte de Minas.

Desembargadora Carmelita Brasil

Voltando um pouco, desembargador Mariosi, o gosto pelo Direito nasceu misturado também com os estudos eclesiásticos? E a partir de quando o senhor deixou de se interessar pelos estudos eclesiásticos e abandonou o Seminário?

Desembargador João de Assis Mariosi

Bom, eu não abandonei o Seminário. Eu fui mandado embora, por causa de algumas ideias, a partir de 1968. (Quando) eu fiz o vestibular de Direito, eu era do Claustro. O primeiro e segundo ano (na Faculdade de Direito).

-
- 3 Grupos étnicos – predominantemente negros da área rural e urbana – que se auto definem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – existem no Brasil mais de três mil comunidades quilombolas. Fonte: <http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>

Desembargadora Carmelita Brasil

○ Seminário que o senhor cursou é?

Desembargador João de Assis Mariosi

○ de Mariana,⁴, que é bicentenário e era regido pelos padres – uma parte foi Salesiana⁵ e depois os padres Lazaristas⁶. Depois, terminei minha formação com os Jesuítas em São Paulo, na FAAP, que era a primeira Faculdade das Américas cercada de bibliotecas por todos os lados.

Desembargadora Carmelita Brasil

A Faculdade de Direito, então, o senhor fez em Belo Horizonte?

Desembargador João de Assis Mariosi

Não, fiz em Pouso Alegre⁷. Era uma Faculdade de final de semana, com vinte e nove presenças obrigatórias por ano, em cada matéria.

Desembargador Antoninho Lopes

Ficava bem mais ao sul, mais próxima de São Paulo.

Desembargadora Carmelita Brasil

Sul de Minas.

-
- 4 Seminário fundado em 20/12/1750 pelo primeiro bispo da diocese de Mariana, Dom Frei Manuel da Cruz. Foi desmembrado em dois institutos: Seminário Menor Nossa Senhora da Boa Morte e Seminário Maior São José. Durante 1853 e 1966, foi administrado pela Congregação da Missão, pertencente aos padres Lazaristas.
 - 5 Ordem religiosa fundada por Dom Bosco e que homenageia São Francisco de Sales.
 - 6 Província Brasileira da Congregação da Missão, fundada por São Vicente de Paulo, no século XVII, na França.
 - 7 Município do estado de Minas Gerais.

Desembargador João de Assis Mariosi

Atendia ao pessoal do Paraná e de São Paulo em número maior do que o de mineiros.

Desembargadora Carmelita Brasil

A sua foi a primeira turma da Faculdade?

Desembargador João de Assis Mariosi

Não. Foi a vigésima turma. Mas valeu a pena, porque os livros adotados na Faculdade eu já havia estudado no internato. Todos eles. Tanto os Constitucionais – que eram todos em língua germânica, quanto os Penais, que estudavam o Direito Penal Italiano. E foi por aí a fora...

Desembargadora Carmelita Brasil

A graduação ocorreu...

Desembargador João de Assis Mariosi

Em 1970.

Desembargadora Carmelita Brasil

Essa advocacia trabalhista... Essa luta inicial...

Desembargador João de Assis Mariosi

(...) Eu fiquei na advocacia Trabalhista e Civil, na região do Sul de Minas. Tenho ações de Itajubá, Pouso Alegre, Caldas, Santa Rita de Caldas, Santa Rita do Sapucaí, Poços de Caldas e São Paulo capital, que fazia leilões geralmente na João Mendes, em São Paulo. Então, eu fiz especialização em Direito Penal na PUC, em São Paulo. Descobri como advogado, (que) entrei em uma área mais ou menos administrativa e defendi um candidato do MDB e acabei ficando preso com ele.

Desembargadora Carmelita Brasil

Que candidato foi esse, Desembargador?

Desembargador João de Assis Mariosi

Era um candidato de Consolação, em Minas Gerais. Ele ficou preso uns 120 dias. Eu fiquei preso dezoito horas. Naquele tempo, eu acreditava na carteira de advogado que dizia que você podia ficar em pé, sentado, entrar, sair, aquela coisa toda e me deixaram numa sala sem nada, sem cadeira, sem nada. Nunca tive preconceito, nada, eu dormia no chão mesmo. Não levavam nem água para bebermos nessas dezoito horas. Depois o pessoal da OAB foi em minha casa para saber por que estava preso... movimentaram-se e o pessoal da OAB de São Paulo também se movimentou. Então, o Brilhante⁸ pôs-nos para fora, em São Gonçalo de Sapucaí.

Desembargadora Carmelita Brasil

Tempos difíceis... Tempos muito difíceis.

Desembargador João de Assis Mariosi

O Brilhante me prendeu duas vezes. Uma em Pouso Alegre e outra... Em Pouso Alegre foi porque fiz uma conferência com um professor de universidade, em São Paulo,

8 Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex- chefe do DOI-Codi do II Exército, estado de São Paulo, de setembro de 1970 a 1974. Faleceu em 15/10/2015.

dizendo que o MOBRAL⁹ fez mais analfabetos do que... (risos) e eu saí preso da sala.

Desembargador Antoninho Lopes

Era um grande programa de governo.

Desembargador João de Assis Mariosi

Eu dei aula de MOBRAL um ano – depois das aulas acadêmicas que dava – na cidade de Estilo. Nós ensinávamos as pessoas a ler e escrever com 60 anos, 70 anos... e dava também umas pequenas instruções de origem previdenciária para esse pessoal trabalhista, etc... e então ia surgindo... [inaudível] hoje eu não entendo nada disso mais.

Desembargador Antoninho Lopes

É uma área distante hoje, não? Até para nós, sempre foi distante, Previdência, Trabalho. Nos anos 60, o juiz de Direito era o juiz do Trabalho.

Desembargador João de Assis Mariosi

Eu fui juiz do Trabalho como juiz de Direito. Até 1980, eu fui juiz do Trabalho. Eu dei tantas sentenças trabalhistas em Monte Azul e Espinosa, que o João Figueiredo¹⁰ criou uma Vara do Trabalho na cidade de Monte Azul que existe até hoje. Então, você olhava no mapa de

9 Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi um projeto desenvolvido durante o Regime Militar brasileiro entre 1967 e 1985 e tinha como objetivo a alfabetização de jovens e adultos.

10 João Batista Figueiredo, militar e último Presidente da República do Regime Militar Brasileiro (1979-1985)

Minas, havia uma Vara Trabalhista, em Montes Claros e, lá em cima, a trezentos quilômetros, uma Vara Trabalhista que ninguém entendia o porquê de uma cidadezinha de cem mil habitantes tinha uma Vara do Trabalho, mas era porque, tecnicamente, acabava a Rede Ferroviária Federal e começava a Rede Ferroviária do Brasil, que era tudo a mesma coisa, só que em uma o povo andava gratuitamente e em outra pagava passagem. Então, eram duas estações na mesma cidade, Monte Azul e, quando iam desfazer o contrato, para não pagar as férias dos servidores que eles chamavam de RFFSA¹¹, Rede Ferroviária Federal, o pessoal de Salvador saía e ia demitir em Monte Azul, porque a Justiça do Trabalho de Salvador estava muito “entupida”. Eu salvei a Comarca de Espinosa que estava há três anos sem processos [inaudível]. Era caso de fechamento.

Desembargador Antoninho Lopes

Quanto tempo foi a sua atividade na magistratura mineira?

Desembargador João de Assis Mariosi

Cinco anos. Eu trabalhei como juiz de Direito em Monte Azul, Substituto em Espinosa, Cooperador em Montes Claros e em Janaúba...

Desembargadora Carmelita Brasil

Com essa vontade de lutar e essa força tão grande, que eclodiu tão cedo assim, por que resolveu largar a advocacia e assumir a toga?

Desembargador João de Assis Mariosi

Nós saímos da clausura, mas ainda continuamos com os mesmos defeitos. Achava que tinha de, mais ou menos, salvar, não a humanidade, mas o pessoal que se relacionava conosco. Evidentemente, até dizia, se eu acreditasse na Justiça, eu não seria juiz, eu seria advogado. Realmente a Justiça... como todos nós. Quando eu cheguei havia processos de trinta anos. Havia júris para mais de duzentos processos. Eu fiz quarenta júris, sem nenhuma verba, sem nada. O povo começa... apesar de sermos de um regime diferente, porque eu nunca tinha vivido em uma cidade em que não havia água, luz, esgoto, televisão... O único referencial que tínhamos eram as estrelas.

Desembargador Antoninho Lopes

O júri ainda era de quatro vezes por ano. Por semana?

Desembargador João de Assis Mariosi

Era obrigatório. Por trimestre.

Desembargador Antoninho Lopes

Por trimestre. Faziam as sessões da semana por trimestre.

Desembargador João de Assis Mariosi

Virava quase um feriado. Eles chamavam “Festa do Júri”. Você chegava na cidade e havia barbeiro, engraxate... Tudo à disposição do povo. Cubas de água para o povo lavar as partes mais suadas, porque o povo andava trinta, sessenta quilômetros a pé para ver o júri e havia aqueles ótimos oradores que vinham de Belo Horizonte, de São Paulo e de lá mesmo...

¹¹ Rede Ferroviária Federal S.A., sociedade de economia mista, vinculada ao Ministério dos Transportes, criada em 1957 e extinta em 2007.

Desembargador Antoninho Lopes

O sujeito tinha orgulho de ser jurado. Gostava de ser jurado.

Desembargador João de Assis Mariosi

O jurado era mais autoridade que o juiz. O juiz não era muito quisto na cidade. Em primeiro lugar ficava o cabo, depois ficavam os soldados, o Ministério Público e, finalmente, o senhor de todos nós, que era o juiz, que eles chamavam de “MEMÊ”, senhor de todos nós. Mas, com o tempo, eles foram vendo que eu tinha, tive, o cuidado de (que) minhas primeiras sentenças condenatórias fossem proferidas no mesmo dia. Andando pela cidade, eu vi que a cidade era dividida em UDN¹² e PSD¹³, apesar de nem existir UDN nem PSD nessa época, então, eu julgava uma sentença de estupro de um “cara” da UDN, depois julgava outra de um “cara” do PSD e anunciava na mesma sessão. Então, eu tinha metade do povo concordando comigo. Foi sempre assim: estupro, homicídio, homicídio qualificado, guerra de extinção de famílias inteiras, de grupos ciganos. Tive um (processo de) homicídio cigano de mais de quarenta mortes. Duas tribos ciganas se juntaram na cidade e foi tiroteio para tudo quanto é lado. Todo mundo

12 União Democrática Nacional, partido fundado em 1945 e principal opositor do governo Getúlio Vargas e de seu partido PTB, Partido Trabalhista Brasileiro.

13 Partido Social Democrático, também fundado em 1945, integrava o grupo pró-Getúlio e possuía nomes como Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves.

foi para dentro de casa e daí a consequência das tribos ciganas: as mulheres e crianças passam todas para a tribo vencedora. Foi quando fiquei sabendo que havia ciganos que falavam (uma língua) de origem latina e ciganos que falavam (uma língua) de origem árabe. [Inaudível] Mas eles não se entendiam na língua. Um absurdo. A Polícia foi lá para tentar resolver e acabou não encontrando ninguém, porque eles saíram matando mesmo e matavam. Mataram na Comarca de Janaúba, Comarca de Porteirinha, de Monte Azul, de Manga. Matavam mesmo.

Desembargador Antoninho Lopes

Como caminhamos para a Justiça do Distrito Federal?

Desembargador João de Assis Mariosi

No Distrito Federal, eu cheguei meio por acaso, porque eu havia dado uma sentença em Minas contra o estado de Minas Gerais, a favor do povo que estava lá, hoje quilombola. Então, me chamaram a Belo Horizonte e (disseram) “Como você dá uma sentença contra o estado de Minas Gerais se é o estado que paga o Poder Judiciário? O seu castigo será ficar pelo menos dez anos vitalício lá, porque já que você é vitaliciedade...” Eu falei, “Está no momento de sair...”

Desembargador Antoninho Lopes

Está na hora de ir embora.

Desembargador João de Assis Mariosi

Fiz a inscrição aqui sem que eles soubessem. Fiz um júri antes, porque você fazendo o júri se tinha uma semana depois para compensar todo mundo, aquela coisa toda, isso já era o costume lá. Passei no

concurso aqui e o engraçado é que não fui intimado para vir tomar posse, para fazer prova oral e tomar posse. Então, alguém daqui falou “Não, esse juiz é um que resolveu um problema lá [inaudível]. Vamos falar (que) é ‘via Polícia’ que ele tem de estar aqui em Brasília, se não ele vai perder esse concurso e ele está precisando sair de lá.” Todo mundo sabia. Avisaram realmente a rádio de Janaúba e a Prefeitura de Janaúba que pagou a gasolina do jipe da Polícia e eles foram me levar a notícia de que eu estava (sendo) chamado... e ele ficou esperando dez minutos, porque eu sempre andava com uma malinha de James Bond, e só pulei no jipe e vim. De Montes Claros, eu viajei a noite inteira para cá. Cheguei duas horas antes da prova oral. Até esse concurso, a prova oral era tida como classificatória. Do meu concurso em diante, passou a ser eliminatória. Eu não sabia disso. Então, eu ainda brinquei na hora de ser interrogado pelos examinadores.

Desembargadora Carmelita Brasil

Nossa! Ainda se lembra da banca?

Desembargador João de Assis Mariosi

Sim. Era Cernicchiaro...

Desembargadora Carmelita Brasil e Desembargador Antoninho Lopes

Foi nosso também.

Desembargador João de Assis Mariosi

(...) José Almeida Coelho, Humberto Gomes de Barros, Helládio¹⁴... Helládio me fez uma pergunta e disse

14 Helládio Toledo Monteiro, membro da Comissão do IX Concurso para magistratura do Distrito Federal, realizado entre dezembro de 1979 e agosto de 1980.

“Você e um de Montes Claros que acertaram a resposta do Direito Comercial. Você estudou mesmo Direito Comercial?” Eu falei, “Não. Eu respondi de acordo com o Direito Canônico, porque realmente não conhecia aquilo que foi colocado.” “Então, como é que você sabe dessas coisas?” “Nós lemos por aí, aprendemos. Vamos guardando aqui e ali”. “Há quanto tempo está em Minas?” “Há cinco anos”. “Então, estava.” Acabei passando até em segundo lugar. Não sabia que havia prova de títulos, sentenças, etc., etc. Achei que prova de títulos era ser formado em Direito... Então, saí do segundo e fui para o quarto lugar, na classificação geral¹⁵”.

Desembargadora Carmelita Brasil

Por causa dos títulos?

Desembargador João de Assis Mariosi

É. Porque não sabia que sentença é título. Em Minas não é título. Audiência não é título. Trabalhos que se faziam, como recursos, aqui era título, lá não era. Eu não sabia disso. Nem sabia que curso de Filosofia contava pontos, curso de Letras contava ponto, História, Administração... Não sabia de nada disso. Mas não me prejudicou, porque eu entrei em um grupo bom. Passamos quatorze e sete foram para os Territórios e os outros sete ficaram aqui. Nós tomamos conta do Distrito Federal inteiro com sete juízes substitutos. Na época, eu trabalhava no Juizado de Menores, em Brazlândia e no Gama. Começava às nove

15 Ao final do IX Concurso para magistratura do Distrito Federal, o desembargador João Mariosi foi aprovado em terceiro lugar, com posse em 15/09/1980.

horas, no Juizado de Menores, ia até uma hora, ia para Brazlândia, pegava no final o Gama ou, então, invertia e ia para o Gama e depois para Brazlândia.

Desembargadora Carmelita Brasil

Ao mesmo tempo?

Desembargador Antoninho Lopes

No mesmo dia. Distantes, não? Bem distantes.

Desembargador João de Assis Mariosi

No mesmo dia. Eu me lembro que Brazlândia era perigosíssima porque só havia um ônibus às 6h e depois 9h da noite. Quando eu atrasava as audiências – eu fazia de tudo para não atrasar porque o povo só andava de ônibus – o carro do Tribunal era um carro de vinte anos de idade. Jovem. Ele quebrava sempre. Quando ele quebrava, eu pegava o ônibus e acabava de chegar. Então, quando o Ministério Público colocou defensor, promotor, curador lá na vara de justiça, deu para eles um Opala zero. “Eu vou dez minutos na frente de vocês. Se eu tiver ‘quebrado’, me dê carona, para que eu acabe de chegar”. Então, era Lecir (Manoel da Luz), Itiberé... grandes amigos que fizemos lá.

Desembargadora Carmelita Brasil

As acomodações, os prédios, a instalação da Vara de Planaltina, por exemplo, de Brazlândia, aliás, que eu sei que o senhor ficou um bom tempo lá.

Desembargador João de Assis Mariosi

Dez anos e meio e quinze horas, um dia, como juiz de lá. Não havia instalação. Não havia nem luz. Era a única vara do Distrito Federal em que todas as máquinas eram mecânicas. Havia umas Underwoods¹⁶ na garagem aqui, meio abandonadas, peguei três, levei para Brazlândia e elas tinham uma vantagem: (quando) nós subíamos o carro, descia o teclado. Levavam uma ferramenta e consertava. Xerox, só fazia nove por dia. Era térmico. O resto, nós emprestavamos do Ministério Público que tinha uma máquina Xerox. Isso que estou falando é a produção, não era a Xerox do Tribunal. Mas a do Ministério Público era Xerox. Nós pegávamos papel aqui, cedíamos para eles que faziam essas cópias todas no Ministério Público.

Desembargador Antoninho Lopes

De quando é o seu concurso?

Desembargador João de Assis Mariosi

Oitenta. Depois veio a primeira eleição, em 1986. Nós terminamos em primeiro lugar. Foi tudo na base de “Lampião”. José André Carlos Garcia foi me ajudar a fazer a segunda mesa. Eu pus a turma para trabalhar o tempo todo. A Lila¹⁷ era encarregada da alimentação. Quando ela chegou com o almoço, já era na hora da janta. Quando ela chegou com a janta, já havia atravessado o dia, era depois da meia-noite. (A alimentação) era feita perto do Palácio, depois do Senado, por uma empresa

16 Máquina de escrever.

17 Desembargadora do TJDF Lila Pimenta Duarte.

que servia comida e servia no Distrito Federal inteiro. Nós conseguimos. Quando cheguei aqui, nós entregamos a urna e a Maria Thereza¹⁸...

Desembargadora Carmelita Brasil

Que era a Presidente do TRE-DF.

Desembargador João de Assis Mariosi

(Disse) “Então, vai lá buscar a urna”. “Não, Excelência, a urna está aqui fora”. Foi preciso pegar um “carrinho do Carrefour” para colocar as urnas, para poder recolher. Não havia nem imprensa aqui para tirar fotografia dessa primeira entrega (de urnas) e mais uma, era aqui no (estádio) Mané Garrincha.

Desembargadora Carmelita Brasil

Isso no Mané Garrincha. Trabalhei, eu também, na apuração, a daqui durou cinco dias.

Desembargador João de Assis Mariosi

Nove dias para dar o resultado. Cinco mais quatro. Não sei quantos juizes trabalhando. Imediatamente eu coordenei, como havia feito em Brazlândia, e como havia feito em Minas. Eu fiz o primeiro dicionário nominal dos primeiros deputados de Brasília. Depois sumiu. Fiz cinquenta dicionarinhos.

Desembargadora Carmelita Brasil

Sumiu? Será que no TRE não tem?

Desembargador João de Assis Mariosi

Não tem. O Arthur¹⁹, tentou descobrir. Não tem. Você podia fazer a lista de cada candidato, e eu ainda deixava um espaço em branco, porque o candidato – no dia da eleição – podia conseguir no TRE mais um nome na legenda dele. Foi feito igual a um dicionário, com ficha, tudo certinho. Mas para quem vem de Letras...

Desembargador Antoninho Lopes

Conte-nos sua vida como desembargador deste Tribunal. Veio direto de Brazlândia?

Desembargador João de Assis Mariosi

Não. Vim para substituir no Tribunal em 1992. Não podia ficar em Brazlândia porque naquele tempo para substituir era assim: “Você está substituindo desembargador fulano de tal, compareça aqui em dez minutos.”

Desembargadora Carmelita Brasil

Era assim mesmo.

Desembargador Antoninho Lopes

Era rápido.

Desembargador João de Assis Mariosi

Eu já havia saído do Juizado de Menores assim para substituir aqui quando, não havendo substituição no Tribunal, era por sorteio entre os juizes que se escolhia um juiz para compor uma Turma. Eu me lembro de estar numa

18 Desembargadora do TJDF Maria Thereza Braga Haynes

19 Arthur Cezar da Silva Junior, coordenador Administrativo da Corregedoria Regional Eleitoral do TREDF, de abril 2010 a abril 2012.

sessão no Juizado de Menores quando falaram “Você foi convocado para compor a Turma.” [Inaudível]. Eu fui lá compor. Depois, “Você ganhou o voto. Você vai fazer a redação.” Eu falei: “Não. Na LOMAN, juiz substituto não é nem relator nem revisor. Se o meu voto passou a ser o majoritário, o relator que depois modificou o voto, ele é que vá redigir”. “Mas é muito grande?” Falei aqui tem um modelo que você pode dar uma olhada e decidir se vai aceitar ou não. Começava com a letra do meu nome, João de Assis... Para ninguém dizer que tinha sido cópia.

Desembargador Antoninho Lopes

Todos nós fomos convocados muito tempo. Você está desembargador... Essa convocação (até ser) em definitivo sempre leva muito tempo. Eu fiquei nove anos nesse vai e vem.

Desembargador João de Assis Mariosi

Era proibido pela LOMAN substituto do Tribunal. A LOMAN que acabou com isso em 1979, quando todos os juízes substitutos de Tribunal voltaram a assumir varas em todas as capitais. Na época era São Paulo, Minas, Rio. Mas foi assim. Em 1994, conseguiram no Congresso um aumento da Turma, porque aumentou demais os processos: pequenas causas, aquelas coisas toda. Aumentou demais, inclusive, o Tribunal que fazia algumas revisões de algumas pequenas causas que não deviam ser pequenas causas, mas que foram julgadas como pequenas causas. Aumentou demais o processo e nós conseguimos aumentar mais oito vagas. [Inaudível]

vel] Ministério da Justiça, Casa Civil... Eu fui em maio de 1994 para ser integral. Mais um desembargador.

Desembargador Antoninho Lopes

Veio para cá em definitivo e quando foi?

Desembargador João de Assis Mariosi

Em 1994.

Desembargador Antoninho Lopes

Na Terceira Turma ou na Primeira?

Desembargador João de Assis Mariosi

Na Quarta Turma. Quando (se) criou a Quarta Turma, eu fui o primeiro Presidente da Quarta Turma. O Dilermando foi Presidente, acho, da Quinta (Turma). O Dilermando veio pelo Quinto Constitucional e o Dácio veio pelo Quinto da OAB. Mas valeu a pena a experiência que foi eterna enquanto durou. Eu fiz a primeira sessão única de Corregedores de todo Brasil. Deram-me para falar dez minutos. [Inaudível].

Desembargador Antoninho Lopes

A sua experiência como Corregedor (da Justiça)... Eu na verdade não sei muito bem o que faz um Corregedor, atividade, função, obrigação. Na verdade, cuida de toda parte administrativa dos funcionários?

Desembargador João de Assis Mariosi

Antigamente era e hoje alguma coisa da Corregedoria passou para Segunda Vice (Presidência). Mas antes, toda parte administrativa de Primeiro Grau era com o Corregedor. Então,

você tinha de ter um conhecimento bom e uns assessores também bons e eles não podiam perder a função judicante. Eu tive grandes colaboradores que me ajudaram a carregar a Corregedoria daqui. Tivemos a oportunidade de ser até Secretário dos Corregedores do Brasil. Fizemos várias propostas de emenda à Lei, ao Projeto de Lei, que hoje corre como futura Lei de Organização Judiciária Nacional. Mas há sempre um pé atrás do Poder Executivo e tentamos, depois acabamos conseguindo parcialmente segurar as importâncias das custas, de algumas custas, de algumas custas para manutenção das Corregedorias. Só duas Corregedorias do país eram autônomas no Orçamento: uma delas era a do Espírito Santo e acho que a outra era a do Paraná, ou Santa Catarina. O restante, todas as Corregedorias, vinte e cinco Corregedorias na época, eram dependentes do próprio Tribunal. Quando eu comecei aqui, em 1980 até 1983, o Juizado de Menores tinha independência orçamentária e era mais importante na época do que o próprio Tribunal. O Tribunal pedia aos juízes de Menores que conseguissem na Casa Civil um aumento de verba para administração do Tribunal. Não sei como o desembargador Coelho conseguiu, (o Juizado de Menores) ficou com autonomia dessa verba. Era só a do Distrito Federal e a do Rio de Janeiro, os Juizados, por isso que nós chamamos de Juizado, (tinham autonomia orçamentária).

Desembargador Antoninho Lopes

E essa vida no Eleitoral? O seu trabalho lá foi muito profícuo, muito reconhecido.

Desembargador João de Assis Mariosi

Conseguimos fazer duas vezes um bom trabalho no Eleitoral, como juiz de Direito, pertencendo à Corte, e depois como Corregedor e como Presidente. Como

Corregedor, nós conseguimos difundir as sessões eleitorais pelo Distrito Federal. Colocar acessos triangulares a todas as sessões, porque quando dava uma tromba d'água, por exemplo, no Gama, deixavam-se doze salas eleitorais sem comunicação com o Tribunal. Partia uma estrada no meio... E quando saiu a parte das urnas, eu fui pessoalmente a todos os locais de transmissão, porque era um local de transmissão com vários satélites. Eu falei, "Mas custa tão pouco, naquela época em que cheguei, fazer uma transmissão. Então, vamos colocar transmissão, se possível, em cada urna da salas, porque é mais fácil". Então ali se poderia fazer um triângulo, se alguém não der, vota no outro mais fácil de transmitir. A Eleição de 2010, nós terminamos por volta das 19h15, e só foi encerrar às 20h04, porque o do Gama seguiu esse tempo todo, pois um micro-ônibus não passava por causa da chuva.

Desembargadora Carmelita Brasil

A Presidência do senhor no TRE foi em que período?

Desembargador João de Assis Mariosi

Foi de 2010-2012. Nós pegamos duas vezes o primeiro lugar do país no encerramento das Eleições 2010. Pegamos no primeiro turno, o que já tinha pego em outra vez com o desembargador Otávio, nós mantivemos e, no segundo turno, nós pegamos em primeiro lugar. Primeira vez em primeiro lugar do Brasil na apuração e no envio ao TSE da Eleição. Agora, fiquei sabendo, o Mato Grosso que sempre brigou pela eficiência, conseguiu mandar o encerramento das Eleições às 19h06. (Eles) também brigaram para ter uma transmissão em cada (urna).

Desembargador Antoninho Lopes

Sim, mas usamos bastante, e me impressionou esse ano, essa mensagem da própria sessão, porque antes, o Presidente tinha de trazer a urna.

Desembargador João de Assis Mariosi

Isso acabou antes do desembargador Otávio. Você tinha de entregar a urnas, etc., o que é uma coisa; outra é a transmissão. Tanto é que aqui, em 2010, colocamos quatro motoboys, se os ônibus não dessem para vir com a fiscalização junto para ir até o posto para transmitir, os motoboys iriam. Iria um motoboy com pen drive e, na garupa, podiam vir três fiscais na garupa.

Desembargadora Carmelita Brasil

Havia de ter graça: três fiscais na garupa. (risos)

Desembargador Antoninho Lopes

Isso sim. A eficiência da fiscalização. Conte-nos agora a sua Presidência aqui no Tribunal.

Desembargador João de Assis Mariosi

A Presidência aqui foi uma Presidência de meses.

Desembargador Antoninho Lopes

Foi pouco, mas...

Desembargador João de Assis Mariosi

Foram 11 meses. Conseguimos manter um bom diálogo com o

Executivo e conseguimos também um bom relacionamento com a magistratura de 1º Grau e mais com os Tribunais Superiores. Nós conseguimos melhorar a questão da mediação que estava caminhando muito mais para ser uma conformação do que uma verdadeira Justiça, porque o sujeito fazia o acordo, pois era mais fácil fazer o acordo do que buscar outro relacionamento. Tentamos modificar isso e acabou modificando e introduzimos a mediação, também, e a conciliação nos processos que já estavam pré-determinados para os Tribunais Superiores. Foi a primeira vez no Brasil em que se conseguiu isso, na atual Vice-Presidência, em que Leônicio conseguiu 600 acordos já em nível de STJ, em recursos especiais, porque geralmente quem é o maior demandista é o Poder Executivo. Infelizmente, ele não tem multa, não tem custas, não tem nada, e tem interesse em bloquear o...

Desembargador Antoninho Lopes

E não tem pressa.

Desembargador João de Assis Mariosi

É porque o Estado não tem idade. O Estado só começa, quando termina você nunca sabe. Conseguimos esses aspectos todos. Eu acredito, porque era mais ou menos uma transição longa, de onze meses, eu mantive o que eu entendia que era bom, que era bom para continuidade da outra administração e consegui, realmente, segurar um pouco o ímpeto de Estado de tomar a remuneração dos servidores. Particpei da primeira equipe que trabalhou na Previdência Social do Judiciário. Tivemos três reuniões. Ainda fiz a advertência de que a nova previdência, dentro do Poder Judiciário, seria um desgaste, um perigo, porque ela só vai dar efeitos daí a trinta e cinco,

quarenta anos. Isso eu não tenho garantia alguma de que essa contribuição ao longo desse tempo vai lhe dar algum benefício a não ser o limite da conta do governo no INSS, que não tem correção monetária nem nada. Só tem a certeza do salário mínimo. Infelizmente nós tivemos até juízes, um juiz específico, que tomou posse em um dia, às oito horas da noite, e no outro dia, às dez horas da manhã, já tinha pedido exoneração e foi para o Congresso Nacional, no qual, realmente, o poder previdenciário anunciava melhores condições. Isso realmente é um perigo. Ou é um desastre porque a Previdência do Brasil não é deficitária, é mal administrada. Tanto que fez o Distrito Federal, fez a Perimetral Norte. Tudo com dinheiro do INSS e sem pagar o valor histórico do que foi tomado (de empréstimo). Essa é uma realidade que poucos políticos dizem e não sei como vai conseguir repor isso ao INSS. A eficiência da cobrança é muito grande, mas a ineficiência dos efeitos previdenciários é um pouquinho maior.

Desembargadora Carmelita Brasil

Mais ainda uma palavra, desembargador Mariosi, sobre sua luta na Constituinte que resultou na Constituição de 1988. Em várias oportunidades, em vários julgados, em várias manifestações, nós ouvimos notícias sobre esse trabalho. Fale-nos um pouco sobre isso, antes de encerrarmos esta conversa.

Desembargador João de Assis Mariosi

Realmente na Constituinte, que é de 1986 a 1988, nós trabalhamos a partir do Recife, em um encontro da AMB, e nos oferecemos aqui ao Relator Cabral,²⁰ como assessores voluntários para ajudar fazer a Constituição; tra-

²⁰ Bernardo Cabral, Relator Geral da Assembléia Constituinte.

balhávamos, eu saía de Brazlândia por volta de seis horas, e trabalhava no Congresso Nacional até uma, duas horas da manhã, nos dias úteis, e sábado e domingo, à medida que o próprio Cabral chamasse, para ajustar determinadas coisas. Nós tínhamos lá uns vinte projetos pessoais para melhorar a Constituinte e desses vinte, sete passaram. Inclusive essa do Supremo julgar todos os processos em que a magistratura tem interesse. O Supremo, naquela época, queria jogar isso no TRF, no Federal de Recursos, depois tentaram jogar no STJ. Nós fazíamos o trabalho de formiga para devolver ao Supremo, porque, se não, ficaria um órgão fora da competência do Supremo e da questão dos Conselhos, ou Órgãos Especiais, inclusive, achava eu na época que a LOMAN iria desaparecer porque ela é da Constituição de 1967. Então muita coisa boa da LOMAN que está na Constituição fomos nós que colocamos, evidentemente que foram colocadas não com as mesmas palavras da LOMAN porque quando entrava lá (no Congresso) o “Centrão”²¹ resolvia colocar uma vírgula, um ponto, etc., e o conceito da LOMAN, o conceito da Constituição, às vezes, modificava um pouco. Foi um trabalho de mais ou menos setecentos dias. Conseguimos a questão do ensino no país inteiro e na magistratura estávamos conseguindo a obrigatoriedade de que as vagas dos cargos de magistrados fossem ocupadas também pelos aposentados enquanto não se ocupasse verdadeiramente. O Cabral foi até simpático a essa ideia, mas veio um grupo da AMB na época, achando que isso era indevido. Como sempre eu andava dizendo por Minas Gerais, que eu cheguei à co-

²¹ Agrupamento suprapartidário, formado durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988 para redação da Constituição Federal de 1988.

marca (que tinha) vinte anos sem juízes. Fiquei cinco e saí, e ficou quinze anos sem juízes, então chegou mais um juiz e continuou sem juiz até hoje. Isso é uma ofensa ao povo. Evidentemente, em Minas, por exemplo, eu consegui acabar, com outros magistrados, que o ingresso na magistratura se desse nas comarcas distantes. As comarcas distantes passariam a ser equivalentes às de segunda, intermediária e as intermediárias seriam as ótimas [inaudível] para poder ter acesso às capitais e às cidades grandes, mas, mesmo assim, sendo comarca intermediária, não tem juiz. Aqui em Brasília nós já temos uma figura quase que inversa, porque muitos juízes preferem ficar nas cidades satélites a serem removidos para a capital porque na capital é difícil de conseguir mais varas (de Justiça) para provimento. Mais uma vez o Poder Executivo e o Legislativo interferindo no Judiciário. Só dava na época o exemplo a cidade de Bohm na Alemanha, pouco mais de dois milhões de habitantes, tinha dois mil juízes e o Distrito Federal, daqui, na época, também (quando) tinha dois milhões de habitantes, porque hoje tem quase quatro, tinha seiscentos e setenta juízes. O defeito que o povo diz estar no excesso de recursos, não é bem o excesso de recursos. É a falta de julgador no primeiro grau, porque se você tiver o número certo, por número de habitantes, de juízes e, tendo um determinado número de juízes, se têm as Câmaras Seccionais e só daí que vai para o Tribunal, evidentemente que se está melhorando a Justiça. Por enquanto, a Justiça está, mais ou menos, no ar. [Inaudível]. O que se tem mesmo hoje é o Direito. A Justiça é apenas um farol, uma busca. Isso vai durar muito tempo porque faz parte

da cultura administrativa do Brasil de que o Judiciário é quase um sacerdócio. O sujeito se dedica ali porque gosta, etc. Penso que o juiz não tem de ter vocação, ser juiz é uma opção de vida. Se tiver vocação, ótimo. Mas que é uma opção, uma escolha dele, isso é evidente. A prova de tanto é que o Distrito Federal nunca preencheu o número de vagas de juízes.

Desembargadora Carmelita Brasil

A nossa Justiça, por exemplo, desembargador, está passando por uma dificuldade grande acerca desse tema. No último concurso, com mais de cem vagas, foram aprovados apenas sete candidatos. De forma que agora o quadragésimo primeiro concurso, que já se abriu, ainda tem cento e sete vagas para serem promovidas.

Desembargador João de Assis Mariosi

E vai cada vez aumentando o número de processos. Creio que está aumentando quinze por cento ao ano, no resto do país, e os “penduricalhos” colocados na LOMAN, todos eles foram retirados. Todos. Então, o indivíduo, mesmo vocacionado, não tem a opção de fazer uma escolha para ser magistrado. Se continuar dessa maneira, o Judiciário será como o da Itália, o da França, deixará de ser um Poder e será um órgão independente dentro do governo. A vantagem nossa é de que era um Poder, continua um Poder...

Desembargador Antoninho Lopes

Independente.

Desembargador João de Assis Mariosi

(...) Mas agora está bem fragilizado

justamente nesses aspectos. Eu trabalhei muito para que o quinto constitucional permanecesse porque era uma das maneiras típicas de você fracionar o Poder Executivo, porque se ele consegue colocar vinte por cento de magistrados dele, evidentemente que ele tem de dar um nível melhor para... Peguemos o caso do ensino, nos anos setenta eu recebia oitenta mil dólares por ano para ministrar aulas. O dólar era muito mais valorado do que hoje. Hoje você tem talvez uns quinhentos dólares no final de carreira no magistério.

Desembargador Antoninho Lopes

Além dessa opinião muito boa, Vossa Excelência, quer dizer algo específico para deixar registrado para essa geração que vem?

Desembargador João de Assis Mariosi

Sejam bem vindos. Lutem bastante porque de graça nada chega para nós. Se não lutarmos até o que está conquistado vai se perder. É muito mais importante a luta do que a aglomeração de pessoas para tentar modificar outros Poderes para o Poder Judiciário permanecer, como já foi no passado recente e longínquo e precisa de novos juízes, juízas... Precisa da colaboração do povo. Quem acabou com a colaboração do povo na magistratura foi o poder revolucionário que acabou com os oficiais de quartelão que faziam a Justiça pronta junto à população. Hoje nós temos esse pessoal que está trabalhando nesse sentido, mas não é em todas as cidades, nem é em todos os Tribunais. Se é que tenho alguma coisa a dizer é isso.

Desembargadora Carmelita Brasil

Desembargador Mariosi, nós queremos agradecer muito a presença do senhor neste programa. Dizer quanto nos honra sua entrevista; sabemos que ela contém ensina-

mentos preciosos e desejamos que a sua aposentadoria precoce oportunize uma vida cada vez mais rica, como tivemos a oportunidade de ver a poucos dias atrás a sua posse na Academia Brasileira de Letras. Que o futuro traga tantas luzes para a sua vida e para nossa, em decorrência, tal como nos trouxe no passado. Muito obrigada.

Desembargador Antoninho Lopes

Acompanhando essa corrente, também quero agradecer a presença, os ensinamentos dessa entrevista divertida e parece que tem muita coisa para realizar, não parou até agora, já está na Academia (Brasiliense de Letras).

Desembargador João de Assis Mariosi

Estou na mediação e na conciliação em Taguatinga.

Desembargador Antoninho Lopes

Na mediação. Que a vida lhe traga ainda muita sorte, como tem sido ao que parece. Muito obrigado.

Desembargador João de Assis Mariosi

Que Deus lhe ouça!

«fim»

DATA DA ENTREVISTA

06/10/2014

LOCAL

Brasília

ENTREVISTADO

Desembargador João de Assis Mariosi

ENTREVISTADORES

Desembargadora Carmelita Brasil

Desembargador Antoninho Lopes

TRANSCRIÇÃO

Patrícia Rodrigues de Sousa – SERAMI

REVISÃO

Iêda Oliveira de Araújo Alves – SERAMI

PROJETO GRÁFICO

Diego Vilani Morosino – ACS

DIAGRAMAÇÃO

Roberta Bontempo Lima – ACS



PROGRAMA
**HISTÓRIA
ORAL**

DESEMBARGADOR JOÃO DE
ASSIS MARIOSI

SERAMI

Serviço de Apoio à
Memória Institucional

SEGD

Secretaria de Gestão
Documental

GPVP

Gabinete da Primeira
Vice-Presidência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO DISTRITO FEDERAL
E DOS TERRITÓRIOS

TJDFT